

**Portugal e os
Poderes Políticos
Europeus (1143-1974)**

Manuel Gonçalves Martins
Professor Catedrático da Universidade do Minho

08



Manuel Gonçalves Martins

Professor Catedrático da Universidade do Minho

Possui o Curso Teológico pela Ordem dos Padres Capuchinhos, Licenciatura em Ciências Sociais pelo Instituto Católico de Paris, Doutoramento de terceiro ciclo em Sociologia pela Universidade de Paris X, Doutoramento em Relações Internacionais pela Universidade do Minho e Agregação em Política Internacional pela Universidade do Minho; publicou *A Descolonização Portuguesa (As responsabilidades)*, Braga, Livraria Cruz, 1986; *A Independência do Brasil (Os motivos)*, Braga, Editora Pax, 1988; *Portugal e os Agentes Externos (Ensaio)*, Braga, Editora Pax, 1992; *Relações Internacionais (Política internacional)*, Sintra, Pedro Ferreira, 1996; *As Organizações da Europa*, Sintra, Pedro Ferreira, 1998; *O imperialismo Europeu em África e em Portugal (1862-1914)*, Sintra, Pedro Ferreira, 1998; *O Estado Novo e a Oposição*, Sintra, Pedro Ferreira, 2000; *Relações e Desafios Internacionais na Era da Globalização*, Sintra, Pedro Ferreira, 2003; investiga sobre imperialismo, salazarismo, maçonaria e retornados; e desempenha o cargo de Director do Mestrado em Estudos Europeus.

Existem inúmeros estudos sobre o relacionamento de Portugal com outros Estados. Recordar, entre outros, os trabalhos sobre a “Comunidade Afro-Atlântica” e o “Universalismo Português”. Estas e outras opiniões sobre o assunto, permaneceram ligadas aos pareceres sobre a especificidade do carácter português e o papel de Portugal no Projecto Europeu.

Algumas análises sobre as raízes europeias de Portugal e o relacionamento de Portugal com os Estados europeus, apresentaram essas raízes e esse relacionamento como sendo uma fatalidade histórica, alicerçada em características (geográficas, humanas e históricas) existentes em Portugal. Por isso, o parecer sobre a resistência histórica de Portugal à Europa coexistiu com a opinião sobre o destino europeu dos portugueses.

Estas opiniões são discutíveis. Apesar disso, possuem alicerces históricos e merecem a atenção dos estudiosos. De facto, Portugal, entre o século XII (século da sua formação política) e o século XV (século do começo da sua expansão colonial) foi um país essencialmente europeu; após o século XV, foi um Estado preocupado sobretudo com intervenções em outros Continentes. Este período da História de Portugal foi encerrado em 1975, após a mal apelidada descolonização exemplar.

Após este acontecimento, o novo poder político português analisou as consequências da nova conjuntura e resolveu aprofundar os laços entre Portugal e a Europa, e assinar o Tratado de Adesão de Portugal à Comunidade Europeia; e bastantes analistas, desejosos de acelerarem a integração nesta Comunidade e (sobretudo) de colherem dividendos políticos, insistiram sobre o isolamento internacional de Portugal e a situação lastimável deste país por ter permanecido isolado e de costas viradas para a Europa.

Mas, parece, Portugal, nunca permaneceu verdadeiramente isolado e de costas voltadas para a Europa. De facto, parece, através da História (1143-1974), os poderes políticos europeus lidaram frequentemente com o poder político português; e até dominaram este poder político, apresentado, também frequentemente, demasiado frágil e subserviente!

Mas, estes assuntos necessitam de uma reflexão cuidada. Por isso, as páginas seguintes debruçam-se sobre as relações históricas (1143-1974) efectuadas entre Portugal e os Estados de Europa ou, mais exactamente, entre o poder político português e os poderes políticos europeus; e apresentam dois capítulos. O primeiro indica intervenções muito significativas de poderes políticos europeus sobre o poder político português e as respostas deste poder a essas intervenções; e o segundo recorda a atitude da República portuguesa perante dificuldades e iniciativas muito importantes, apresentadas por líderes de Estados europeus.

1. O primeiro capítulo, afirmamos, indica alguns impulsos muito relevantes que (durante a existência da Monarquia portuguesa e oriundos de governantes europeus) incidiram sobre os representantes do poder político português; e lembra as respostas que durante períodos importantíssimos da História, os representantes de Portugal apresentaram a esses impulsos.

Por isso, este capítulo recorda o acontecido durante a formação política de Portugal, a criação do Império Português, a perda do Império Português do Oriente, a independência política do Brasil e a extinção dos direitos históricos de Portugal sobre África. Um Apêndice insiste sobre o relacionamento histórico entre a Inglaterra e Portugal (Martins, 1992: 5-160).

a) Existem bastantes opiniões sobre os agentes que conduziram à formação política de Portugal (séc. XII). Algumas indicaram o influxo do factor geográfico; outras realçaram a influência decisiva da cultura, etc.; e outras recordaram a importância determinante da intervenção de pessoas pertencentes ao Condado Portucalense.

Aceitamos a influência destes factores, especialmente o influxo dos primeiros líderes do Condado Portucalense. Apesar disso, essas sentenças não apresentaram convenientemente a influência dos agentes que conduziram ao Portugal independente politicamente. De facto, pensamos, os factores sócio geográficos facilitaram a intervenção de pessoas e grupos de pessoas. Mas, parece inegável, estes agentes, adquiriram esse projecto político e actuaram condicionados decisivamente por factores externos.

O projecto político, concretizado na independência política de Portugal, surgiu e foi efectuado, condicionado decisivamente por factores exógenos existentes na Europa em formação (Cúria Romana, Ordem Beneditina de Cluny, Capetos, etc.); ou, mais claramente, essa independência política foi conseguida sob o impulso decisivo da política elaborada na Europa Ocidental e explicitada na Península Ibérica. Por isso, afirmou Luís Vieira de Castro, Portugal foi um produto da equação internacional (Castro, 1938: 12).

b) O estudo sobre os impulsos que conduziram à concretização da expansão colonial portuguesa (séc. XV-XVI), mostra que esta e o Império Português também surgiram condicionados decisivamente por factores externos. Sem estes impulsos, não teriam existido nem a expansão colonial portuguesa; nem o Império; e nem o Padroado, pertencentes a Portugal.

Os analistas também apresentaram teorias diferentes sobre este assunto. De facto, uns, insistiram sobre o influxo de motivações religiosas; outros indicaram a influência de impulsos económicos; outros salientaram o ímpeto de impulsos políticos; e outros defenderam a influência simultânea de inúmeros factores (económicos, políticos, religiosos, etc.), manifestados nos diversos agentes dessa expansão portuguesa!

Defendemos o predomínio dos factores exógenos. Os portugueses concretizaram a expansão colonial movidos decisivamente por dificuldades (materiais e espirituais) e esforços existentes na Cristandade Ocidental; e procuraram obter cristãos e pimenta, que ela considerava indispensáveis. Cristãos, para aumentar e defender o reino de Deus; e pimenta (com outros produtos materiais), para que essa Cristandade superasse a conjuntura económica difícil.

Por isso, concluímos, a expansão colonial, o Império e o Padroado, concretizados pelos portugueses, surgiram sob o influxo decisivo de impulsos exógenos, apresentados pela Cristandade Ocidental.

c) Bastantes autores também analisaram os factores que conduziram à extinção do Império Português do Oriente (séc. XVI-XVIII). Mas, esses analistas dividiram as suas opiniões sobre esta questão. De facto, uns atribuíram esse acontecimento à corrupção dos portugueses instalados nesse Império; e outros culpavam a Administração Filipina existente em Portugal (1580-1640).

Aceitamos alguns aspectos influentes desses impulsos, especialmente o influxo nefasto dessa Administração Filipina. Apesar disso, atribuímos a perda desse Império Português à intervenção decisiva de alguns poderes políticos europeus que transformaram o Extremo Oriente em zona de confluência de seus poderes e se lançaram sobre esse Império Português;

e à necessidade da nova Administração Portuguesa entregar esse Império para assegurar a Restauração Nacional e ao menos conservar o Império do Ocidente.

Naquele tempo, alguns governantes de Europa (de Holanda, Inglaterra, etc.) compreenderam o valor extraordinário desse Império português, cobiçaram as suas riquezas, lançaram-se sobre elas e venceram a resistência dos portugueses. A existência em Lisboa da Administração Filipina e posteriormente as exigências inerentes à Restauração Nacional e à manutenção do Império do Ocidente (Brasil) não possibilitaram a reabilitação e a vida desse Império português.

d) Muitos investigadores, também se pronunciaram sobre os agentes que conduziram à independência política do Brasil (séc. XIX). Mas, sobre este assunto, os autores também apresentaram opiniões diferentes. De facto, uns falaram do fruto que amadureceu e se desprendeu naturalmente da sua árvore; outros indicaram os defeitos da Administração Portuguesa que provocou a ruptura política contra Portugal; e outros insistiram sobre a influência nefasta de alguns factores internacionais (Maçonaria, Revolução Francesa, Liberalismo, etc.), existentes naquela conjuntura.

Admitimos alguns aspectos influentes apresentados nestas teses. Mas, não as admitimos completamente. A independência política do Brasil, unicamente encontra a sua explicação completa no interesse que ele despertou na Inglaterra que por isso exigiu de Portugal essa independência para conservar a segurança desejada pelo Governo português, em perigo gravíssimo durante a conjuntura da Revolução Francesa.

Essa potência disse à Monarquia portuguesa que, se queria continuar a existir e conservar a independência política de Portugal, devia, quanto antes, partir para o Brasil; e, conseguida a satisfação desta exigência, avançou de imposição para imposição, impôs e conseguiu a abertura dos portos do Brasil às nações amigas de Portugal (nessa conjuntura tratava-se unicamente da Grã-Bretanha), a autorização para as indústrias estrangeiras se desenvolverem no território brasileiro, a tarifa diminuta para a importação de mercadorias inglesas (tratados de 1808 e 1810) e a Administração do Brasil (até do Brasil reconhecido Independente politicamente) (Martins, 1988: 39-141).

e) No século XIX, Portugal também perdeu os direitos históricos sobre o Continente Africano e o Império Português foi, mais uma vez, esquarterado. Naquele tempo, os portugueses, alicerçados, sobretudo no descobrimento efectuado por Diogo Cão (século XV), em terem sido os primeiros ocupadores europeus desse Continente, na amizade conservada com o rei do Congo (séculos XVI-XVII) e na aceitação internacional, alegavam direitos históricos sobre África, especialmente sobre a região do Congo!

Mas, o valor (económico, político, etc.) desse Continente, não passou despercebido aos governantes europeus. Estes, quando iniciaram as suas intervenções em África, encobriram (sob o véu de fins científicos, humanitários e civilizadores) as suas pretensões económicas e políticas! Apesar disso, estas apareceram rapidamente; e esses poderes políticos (de Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica, etc.) utilizaram em seu proveito as explorações, os acordos com os "chefes indígenas" e inúmeros jogos de seus representantes, e partilharam entre eles o Continente Africano.

Por isso, Portugal deparou com o Ultimato inglês (1890), perdeu os direitos históricos sobre África e o Império Português foi novamente despedaçado!

Os analistas multiplicaram as opiniões sobre as causas deste acontecimento. De facto, uns encontraram a origem deste esvaziamento na fragilidade de Portugal, carente de meios suficientes para conservar os seus direitos e o seu Império; outros viram a causa desta tragédia na inaptidão da Monarquia portuguesa, incapaz de defender o património nacional; e outros responsabilizaram a Inglaterra e a Alemanha, não cumpridoras dos compromissos assumidos com Portugal.

Mas, pensamos, esta nova redução do Império Português, aconteceu sobretudo porque o Continente Africano foi transformado numa zona de confluência dos poderes políticos europeus que, por isso, o invadiram e eliminaram os direitos de Portugal!

Por este motivo, nessa ocasião, Portugal, nesse Continente, ficou unicamente com os territórios e os direitos permitidos pela ambição e pelo equilíbrio desses poderes políticos (Martins, 1998: 73-143).

f) O relacionamento entre Portugal e a Inglaterra necessita de, ao menos, as observações seguintes (Sideri, 1970: 19-192):

1. Esse relacionamento é muito antigo. De facto, em 1352 os ingleses assinaram uma protecção a favor de comerciantes portugueses; em 1353 Eduardo III da Inglaterra, assinou um acordo com comerciantes de Porto e Lisboa; e em 1373 a Inglaterra, assinou uma Aliança contra Castela.

2. Todos os tratados assinados entre Portugal e a Inglaterra foram confirmados uns pelos outros e constituíram um único pacto. Fala-se de Aliança Multissecular Luso-Britânica.

3. Esse relacionamento mudou profundamente. De facto, no começo a posição de Portugal (atendendo aos benefícios conseguidos sobretudo da expansão colonial) foi politicamente, ao menos igual, e comercialmente foi superior à posição da Inglaterra; mas, a seguir, esta posição mudou radicalmente. Durante o reinado de Henrique VIII (1509-1547) a Grã-Bretanha adquiriu uma armada poderosa e Portugal não seguiu os impulsos mercantilistas e nem atendeu adequadamente às exigências inerentes à defesa do seu Império.

4. Esta posição de Portugal piorou após 1580. De facto, este Estado perdeu a independência política e o monopólio do comércio com o Extremo Oriente; e deparou com adversários poderosos e decididos a eliminarem o seu Império.

5. Após 1640, Portugal necessitou de conservar a sua independência política. Por isso, a Monarquia portuguesa, além de outros apoios, solicitou a ajuda da Grã-Bretanha; mas, esta potência, para conceder esta ajuda, exigiu de Portugal preços que aumentaram a fraqueza e a dependência deste Estado. O apoio da Inglaterra foi concedido a troco de pagamentos que enfraqueceram a economia e o poder político português; e fortaleceram o domínio da Grã-Bretanha sobre Portugal. Os tratados de 1642, 1654, 1661 e 1703, alicerçam a nossa opinião.

6. O Marquês de Pombal procurou eliminar esta dependência de Portugal. Por isso, anulou alguns tratados e regulamentos existentes; procurou desenvolver o Brasil; fortaleceu as manufacturas portuguesas; e incitou-as a competirem com as empresas inglesas. Por isso, as firmas inglesas existentes em Lisboa diminuíram muito (mas, conservaram um capital enorme: 600 mil libras).

7. As consequências da Revolução Francesa e da ajuda que durante esta Revolução Portugal concedeu à Grã-Bretanha, abalaram profundamente a existência de Portugal. De facto, durante a nova conjuntura, a Inglaterra impôs

acordos desiguais (1808, 1810, etc.) à Monarquia portuguesa; aumentou os problemas e a dependência de Portugal; e, segundo afirmamos, precipitou a independência política do Brasil.

8. Outros acordos assinados entre os governantes de Lisboa e de Londres aumentaram extraordinariamente o domínio da Grã-Bretanha sobre Portugal. Recordar os tratados de 20 de Agosto de 1890, 3 de Julho de 1891 e 1899.

Por isso, afirmaram alguns, através da História, Portugal foi um autêntico vassalo da Grã-Bretanha. De facto, insistiram, por causa dos tratados assinados com essa potência, Portugal perdeu territórios, indústria, influência, forças e dignidade: tudo o que do seu imponente passado continha elementos de poder e renovação, passou para o domínio da Grã-Bretanha. Nesses tristes documentos, concluiu Basílio Teles, jaz a História miserável do rebaixamento de Portugal nos braços da Inglaterra (Teles, 1905: 5).

Conclusão

Este capítulo mostrou o predomínio dos factores exógenos sobre os factores endógenos e a fragilidade que, através da História, Portugal evidenciou quando lidou com poderes políticos europeus. De facto, afirmamos, Portugal surgiu como entidade política autónoma, em resultado de um projecto político dominado por variáveis externas do Ocidente em formação; a expansão colonial portuguesa conservou as mesmas referências valorativas e respondeu às resistências do ambiente seguindo a técnica das zonas de influência exclusiva e evitando os conflitos com poderes europeus mais dotados de meios materiais; esta expansão portuguesa foi efectuada em zonas marginais desses poderes; quando estas zonas se transformaram em zonas de confluência de poderes políticos europeus, a variável externa dominou e fez Portugal perder partes do seu domínio político a favor destes poderes; enquanto os teatros de operações de poderes políticos europeus foram regionais (aconteceu até à Conferência de Berlim de 1884/85) a segurança de um sector (em caso de conflito) foi paga com perdas de Portugal em outras zonas geográficas (Oriente, Brasil, África)¹; e a Grã-Bretanha notabilizou-se por, através da História, ter prejudicado Portugal.

2. O segundo capítulo, dissemos, apresenta a atitude da República Portuguesa perante dificuldades e iniciativas muito importantes apresentadas por líderes de Estados europeus. Por isso, indica a posição do Governo português durante a I Guerra Mundial, a análise da Proposta de Aristid Briand, a aplicação do plano Marshall, a existência da EFTA e o fortalecimento da CEE (Assembleia da República, 2001: 9-32).

a) Durante a I Guerra Mundial, o Governo português compreendeu que a guerra e a paz se decidiriam na Europa. Por isso, resolveu enviar portugueses para o teatro europeu de operações. A intervenção do Corpo Expedicionário Português (com as suas 10.000 baixas precisamente nesse teatro) realçou o aspecto europeu da participação de Portugal. Parece inegável que a decisão de fazer este país entrar nessa guerra foi ditada sobretudo por impulsos europeus!

Mas, essa colaboração de Portugal frustrou os seus governantes! De facto, nem essa cooperação militar aconteceu como eles desejaram e nem as determinações da Conferência de Paris (1919) satisfizeram a Nação portuguesa.

b) No dia 9 de Setembro de 1929, Aristid Briand disse que os povos agrupados geograficamente (como acontecia na Europa) deviam formar uma associação que actuasse sobretudo no campo económico; e no dia 1 de Maio de 1930, o Governo francês apresentou aos Estados europeus (membros da Sociedade das Nações) um Memorando sobre essa Proposta de Briand.

Nessa ocasião, o Governo português indicou a sua posição sobre a integração do Continente Europeu. A Resposta desse Governo, assinada no dia 12 de Julho de 1930, afirmou que o laço federal proposto, não podia anular os acordos existentes entre dois Estados ou grupos de Estados; enfraquecer os laços de aliança ou de amizade, elementos tradicionais e fundamentais de alguns Estados; e nem afrouxar os laços existentes entre alguns Estados europeus e suas colónias. Estes Estados, prosseguiu o Governo português, não admitem mudar os seus direitos sobre as suas colónias e nem a ingerência externa nesses problemas.

Esta Resposta do Governo português foi seguida de uma orientação enviada aos diplomatas portugueses e assinada pelo Secretário Geral dos Negócios Estrangeiros (3 de Setembro de 1930). Este Secretário mostrou-se convencido de que a vontade de organizar os Estados europeus, também pretendia interferir nas colónias, pertencentes a alguns Estados. De facto, afirmou, são inúmeras as formas da europeização dos problemas atingir as colónias e devemos rejeitar todas essas formas. Apesar disso, esse funcionário aconselhou o Governo a defender o não exclusivismo europeu.

Salazar, em Agosto de 1933, defendeu a proposta de Mussolini para formar um Directório Europeu, constituído por quatro Estados (Inglaterra, Itália, Alemanha e França); e no dia 6 de Março de 1953 afirmou que a Alemanha devia dirigir a Federação Europeia.

c) O Estado Novo, entre 1936 e 1947 e em relação à política externa, preocupou-se sobretudo com a Guerra Civil em Espanha, a formação do Pacto Ibérico e a II Guerra Mundial; e após esta guerra, entre outras intervenções, tomou posição sobre a cooperação económica europeia e o Plano Marshall.

Em relação a este Plano, a primeira decisão de Salazar foi recusar essa assistência financeira. De facto, no dia 27 de Agosto de 1947, o Ministro das Finanças comunicou a determinação de Portugal não participar nesse Plano. A posição deste Estado, disse, é semelhante à posição da Suíça, que procura equilibrar as suas trocas comerciais na zona europeia, colaborar na multilateralidade de pagamentos com países europeus e possuir créditos em dólares para pagar aos EUA. Por isso, no dia 22 de Setembro de 1947 o Ministro dos Negócios Estrangeiros afirmou que Portugal não precisava de ajuda financeira externa.

Apesar disso, no dia 28 de Setembro de 1948, Portugal assinou o Acordo de Cooperação Económica com os EUA; e o Estado Novo anunciou a intenção de recorrer ao Plano Marshall (Rollo, 1994: 164-168).

d) A Grã-Bretanha, quando, em 1956, apresentou a Proposta para formar a zona europeia de livre câmbio, disse

ao Governo português que essa organização incluiria unicamente os países industrializados da OECE e que Portugal, por não estar industrializado, não pertenceria a ela.

Apesar disso, esse Governo, em Dezembro de 1958, começou a participar nas reuniões realizadas para formar essa organização; e no dia 4 de Janeiro de 1960 também assinou a Convenção de Estocolmo.

Mas, a entrada em vigor desta Convenção (Janeiro de 1960) apresentou problemas ao Estado Novo. A Câmara Corporativa disse que essa iniciativa do Regime podia prejudicar gravemente o futuro económico do país e devia ser analisada cuidadosamente!

Nessa ocasião, explicou Medeiros Ferreira, Portugal tinha três alternativas: ou se integrava no Mercado Comum; ou se associava à EFTA; ou permanecia na expectativa (Ferreira, 2001: 22). Se seguisse esta via, o Estado Novo poderia seguir outros caminhos, por exemplo, assinar acordos económicos bilaterais.

A adesão de Portugal à CEE foi rejeitada pelo Governo português, por atender às suas implicações políticas (exploração em comum das colónias e aparecimento de autoridades supranacionais). A Câmara Corporativa aceitou esta opinião.

A assinatura de acordos bilaterais para a cooperação económica com outros Estados, não podia concretizar-se porque (nessa ocasião) faltavam parceiros interessados.

Por isso, pareceu oportuno Portugal aderir à EFTA. De facto, afirmou a Câmara Corporativa, Portugal seria mais prejudicado se ficasse excluído da EFTA do que se ficasse excluído da CEE. A EFTA surgiu como a melhor escolha e Portugal passou a ser membro desta organização.

e) No dia 9 de Agosto de 1961 a Grã-Bretanha solicitou as negociações com a CEE para decidir sobre a sua adesão a esta organização; e no dia 18 de Maio de 1962 Salazar também pediu que fossem estudadas as relações a estabelecer entre Portugal e essa Comunidade.

A análise deste pedido foi marcada para o dia 11 de Fevereiro de 1963. Mas, no dia 14 de Janeiro deste ano, a França interrompeu as negociações com a Inglaterra e por isso o Governo português suspendeu essas suas iniciativas! Unicamente insistiu sobre o seu interesse em aproximar Portugal da CEE (28 de Maio de 1970), depois de terem começado as negociações entre essa Comunidade e a Grã-Bretanha (Dezembro de 1969).

Nessa ocasião, lembrou Medeiros Ferreira, a Comissão nomeada pelo Governo, afirmou que as condições existentes na Metrópole e nas colónias exigiam que Portugal aderisse ao sistema criado pelo Tratado de Roma (Ferreira, 2001: 25). Apesar disso, o Relatório apresentado sugeriu apenas que Portugal se associasse à Comunidade Europeia.

Por isso, no dia 22 de Julho de 1972, Portugal assinou o tratado com a CEE². As negociações terminaram com as assinaturas do Acordo de Comércio Livre Portugal-CEE e do Acordo Portugal-CECA (relativo aos produtos siderúrgicos).

Conclusão

Este capítulo evidenciou que a República portuguesa (mesmo o Estado Novo) não permaneceu indiferente (muito menos de costas voltadas) aos problemas e às iniciativas importantes da Europa; e, apesar de tudo, também se mani-

festou subserviente, sobretudo da Inglaterra (recordar, por exemplo, a dependência manifestada pelo Estado Novo quando aproximou Portugal da CEE). A conclusão geral insiste sobre estes assuntos.

Conclusão Geral

A análise precedente mostrou que:

1. Portugal, nunca se conservou de costas viradas para a Europa. Esse Estado, mesmo durante a existência do seu Império, permaneceu ligado ao Continente Europeu e mostrou claramente a sua presença activa na política europeia. De facto, não podemos esquecer os tratados assinados com potências europeias (França, Alemanha, Holanda, Inglaterra, etc.); a Aliança Luso-Britânica; os esforços de monarcas portugueses para se apoderarem da coroa de Castela; o envolvimento de Portugal na Revolução Francesa, na I Guerra Mundial e até na II Guerra Mundial (neutralidade colaborante); a comercialização de produtos do Império em portos de Europa; etc.; etc.

A presença de Portugal na política europeia, também aconteceu durante a vigência do Estado Novo. De facto, Portugal pertenceu à EFTA e à NATO (também constituída com Estados europeus e formada também para defender a Europa); assinou acordos com a CEE; e até conseguiu o apoio de Estados europeus para expandir o seu colonialismo. De facto, alguns destes Estados (França, Alemanha Federal, etc.), apesar das suas incongruências, aprovaram o Estado Novo com máquinas para a guerra colonial; compraram produtos das colónias portuguesas e desta forma ajudaram esse Regime a obter taxas dessas exportações e com elas financiar essa guerra; autorizaram as suas empresas a instalarem-se nessas colónias e deste modo permitiram ao Estado Novo obter mais impostos e continuar a luta contra a rebelião armada; e abstiveram-se de (nas instâncias internacionais) condenar esse colonialismo!

Ora, estes e outros apoios recebidos, não teriam sido conseguidos se Portugal tivesse permanecido de costas viradas para a Europa.

2. A História de Portugal está marcada profundamente por intervenções de poderes políticos europeus contra o poder político português e por cedências deste a esses poderes. De facto:

a) O Império Português foi formado porque os representantes de Portugal se dirigiram para regiões marginais dos poderes políticos europeus e existiu unicamente em zonas marginais destes poderes. As suas fronteiras físicas foram alteradas sempre que os seus territórios se transformaram em zonas de influência ou de confluência desses poderes políticos. De facto, Portugal perdeu nos séculos XVI-XVIII, a quase totalidade do Império do Oriente, em proveito sobretudo dos holandeses e dos ingleses que o ambicionaram, atacaram e conquistaram; no século XIX, o Brasil cobinado pela Inglaterra, que exigiu a sua independência política para salvar a Metrópole e a Monarquia portuguesa em dificuldades; no mesmo século (séc. XIX), também partes muito importantes de África, por potências europeias as terem ambicionado e conquistado; e no século XX, os restos do Império, também porque Estados europeus (os descoloni-

zadores e outros) decidiram usufruir livremente de todos os mercados e eliminar a forma estranha de Portugal permanecer no mundo.

Por isso, Portugal, à medida que as zonas marginais (o Império Português) se foram transformando em zonas de influência ou de confluência de poderes políticos europeus, foi (paulatinamente) sofrendo amputações e perdendo as suas colónias. Parece inegável. Portugal, através da História, venceu, nas zonas marginais dos poderes políticos europeus, onde construiu o seu Império e obteve riquezas; e perdeu, quase sempre, quando lidou com esses poderes. Nestas situações, apareceram claras a limitação dos seus recursos e a fraqueza do seu jogo!

b) O poder político português foi muito frágil frente aos poderes políticos ocidentais. Estes poderes, condicionaram a formação, a expansão ultramarina e a configuração actual de Portugal. De facto, este Estado, obteve a sua independência política e fixou as suas fronteiras metropolitanas, condicionado por intervenções de poderes europeus (Ordem de Cluny, Cúria Romana, Povos do Norte de Europa e Capetos); avançou com a expansão colonial para se defender dos impulsos dominadores de Castela e responder às exigências da Cristandade Ocidental; instalou-se nas regiões do globo condicionado pelo interesses que elas despertavam nos poderes políticos ocidentais; e actuou nas colónias (mudou as leis, enviou as tropas, etc.) também impellido por impulsos europeus. Esta variável externa (quando aumentou a sua oposição) impôs o recuo do Império, extinguiu-o e afectou profundamente a presença de Portugal na sociedade internacional.

c) Os poderes políticos europeus, apesar das suas incongruências, prejudicaram com bastante insistência a Portugal. Esses poderes, muitas vezes deixaram a Metrópole em paz, mas atacaram o seu Império; umas vezes actuaram directamente e os seus exércitos enfrentaram os exércitos portugueses a quem arrebatarem partes do seu Império (por exemplo, no Extremo Oriente); e, outras vezes utilizaram intermediários (ideologias, políticos, organizações, etc.), internos e/ou externos, manobrados com eficácia e proveito. Esta realidade aconteceu, por exemplo, durante os períodos da independência política do Brasil e da mal apelidada descolonização exemplar.

d) A Inglaterra notabilizou-se por ter prejudicado a Portugal. De facto, essa potência (“aliada de Portugal”) conseguiu partes importantíssimas do Império Português do Oriente; arrebatou (no sentido explicado atrás) o Brasil; forçou a extinção dos direitos históricos de Portugal sobre África; e ridicularizou o poder deste Estado sobre os restos do seu Império (recordar sobretudo o acontecido durante a invasão da União Indiana ao Estado Português da Índia: anos 60 do século XX).

3. Os representantes de Portugal, devem reagir contra a fragilidade crónica (histórica) deste Estado e efectuar uma política vigorosa, principalmente quando lidarem com representantes de Estados europeus. Esta actuação é indispensável, sobretudo na conjuntura actual, marcada pela globalização crescente e dominada pela competição entre os agentes da política internacional, que marginalizam e esmagam particularmente os intervenientes frágeis e subservientes.

A permanência do domínio externo, ou, mais claramente, a permanência, através da História, do domínio de poderes políticos europeus sobre os representantes de Portugal, faz reflectir sobre o perigo de, o que resta do poder político português, ser eliminado em função de interesses desses poderes, apesar de actualmente, eles, como Portugal, serem membros da União Europeia!

¹ Quando a sociedade internacional avançou para ser um único teatro de operações (evolução evidenciada após a II Guerra Mundial), os restos do Império Português ficaram dentro da única zona de confluência de poderes. Nesta conjuntura a variável externa tornou-se irresistível e a perda desse Império foi inevitável e total.

² O Reino Unido (com Dinamarca, Irlanda e Noruega) tinha assinado o tratado de adesão à Comunidade Europeia no dia 22 de Janeiro de 1972.

Bibliografia

Castro, Luis Vieira de (1938) *A formação de Portugal*, Funchal:Tipografia Esperança.

Ferreira, José Medeiros (2001) "Introdução", in *Adesão de Portugal às Comunidades Europeias. História e documentos*, Lisboa: Assembleia da República, págs. 9-32.

Martins, Manuel Gonçalves (1988) *A independência do Brasil (Os motivos)*, Braga:Editora Pax.

Martins, Manuel Gonçalves (1998) *O imperialismo europeu em África e em Portugal (1862-1914)*, Sintra:Pedro Ferreira Editor.

Martins, Manuel Gonçalves (1992) *Portugal e os agentes externos (Ensaio)*, Braga:Editora Pax.

Rollo, Fernanda (1994) *Portugal e o Plano Marshall*, Editorial Estampa.

Sideri, Sandro (1970) *Comércio e poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*, Lisboa:Edições Cosmos.

Teles, Basílio (1905) *Do ultimatum ao 31 de Janeiro. Esboço de história política*, Porto:Basílio Teles Editor.

Assembleia da República (2001) *Adesão de Portugal às Comunidades Europeias. História e documentos*, Lisboa.